

COMPROMISSO REFORMISTA



■ O XXXVI Congresso Nacional do PSD decorreu em Espinho

O líder do PSD no debate quinzenal

“Estamos disponíveis para falar sobre reformas”

“Ainda não vi reforma nenhuma”. Passos Coelho sintetizou desta forma aquele que é o sentimento das pessoas. O presidente do PSD pediu ao primeiro-ministro que responda quando terá feito o trabalho de avaliação do impacto das reformas que foram feitas. Em concreto, Passos Coelho quis saber “quais são as medidas que [António Costa] está a tomar para fazer a avaliação dessas reformas, que instrumentos é que vai usar e quando é que vai apresentar ao país e à Comissão Europeia a avaliação dos impactos das reformas estruturais que foram realizadas”.

Durante o debate quinzenal, de 30 de março, no parlamento, Passos Coelho afirmou que o atual Governo do PS se tinha comprometido com as instituições europeias “a não fazer nenhuma reversão dessas reformas estruturais enquanto não procedesse à sua avaliação” e questionou quando é que esse trabalho vai estar pronto. O líder do PSD referiu que não vai “repetir a mesma atitude” que teve António Costa enquanto secretário-geral do PS, quando há um ano o então Governo de Passos Coelho o convidou a participar no debate sobre as reformas e o agora primeiro-ministro lhe enviou apenas um documento. Mas avisou: quer falar sobre reformas e “não só sobre objetivos”.

“Estamos disponíveis e estaremos para falar sobre as reformas”, assegurou o presidente do PSD.

“O grande ‘show-off’ de Costa lembra os tempos áureos de Sócrates”

Luís Montenegro acusou o chefe do Governo de estar “obcecado pelo passado”, pois existem vários debates agendados, mas nem “uma única iniciativa legislativa” com vista ao futuro. Antes pelo contrário, as “únicas coisas que o primeiro-ministro decidiu foi reverter decisões do passado, quer na economia, quer na Administração Pública”.

Num tom crítico, o líder parlamentar do PSD disse ainda “lamentar” que o primeiro-ministro “não aproveite as vindas ao Parlamento para esclarecer os portugueses sobre a suas políticas e transforme as suas intervenções em registo de piadinhas que não têm grande piada para a vida das pessoas”.

“Estamos perante um primeiro-ministro que faz sessões à segunda, terça e quarta-feira com grande show-off a fazer lembrar os tempos áureos da governação do engenheiro José Sócrates que contribuíram para o agravamento da situação económica e social do país e para a austeridade que vivemos nos últimos anos”.

Luís Montenegro disse acreditar que “este governo e este primeiro-ministro vão por muito mau caminho”.





36.º Congresso do PSD

“Compromisso reformista”

O 36.º Congresso do PSD foi declarado aberto pelas 21h07, em 1 de abril de 2016, em Espinho, distrito de Aveiro. Às 21h00 em ponto, uma voz “off” anunciava a abertura do Congresso, com dois ecrãs a projetarem a chegada do presidente do PSD ao exterior da Nave Desportiva de Espinho. Além das imagens filmadas de forma tradicional, viram-se algumas captadas de cima por um “drone”. Cinco minutos depois, Pedro Passos Coelho entrou na sala do Congresso, sob aplausos e ao som do hino “Paz, pão, povo e liberdade”. Na sala, dominava o laranja dos sociais-democratas - com alguns apontamentos de verde e vermelho - e o “slogan” no painel central era o título da moção de Pedro Passos Coelho “Compromisso Reformista”. Numa das paredes exteriores na Nave Desportiva de Espinho, constava a frase da recandidatura de Pedro Passos Coelho: “Social-democracia, sempre”. Na abertura dos trabalhos, a fadista e militante do PSD, Maria Teresa Azóia, subiu ao palco do recinto desportivo, para interpretar um “medley” de hinos de campanha do PSD. Começou por discursar o presidente da Câmara de Espinho, Pinto Moreira, que deu as boas-vindas a todos os presentes, a que seguiu uma curta declaração do presidente da Distrital de Aveiro do PSD, Salvador Malheiro, defendendo que é necessário “aproveitar o capital de



credibilidade de Pedro Passos Coelho”.

Na intervenção inaugural, o líder do PSD apontou a reforma da Segurança Social e do sistema eleitoral como prioridades, considerando que agora que como não há “eleições à vista” é tempo de repensar a forma como os deputados são escolhidos. Recuperando uma proposta já antiga dos sociais-democratas, o presidente do PSD aproveitou para desafiar os socialistas a discutirem uma ideia à qual aderiram no passado, no sentido da redução do número dos deputados e alterar a forma como os deputados são escolhidos e eleitos. “Se já no passado os socialistas concordaram com ele, talvez agora que não temos eleições à vista, é muito importante sublinhar isto (...), não temos eleições à vista - e eu espero que não tenhamos tão cedo. Este é, portanto, o momento certo, uma vez que não há eleições à vista, para discutirmos as alterações ao sistema eleitoral”.

Elegendo o ataque às desigualdades como um dos designios sociais-democratas, Passos Coelho recuperou também a proposta do PSD de reforma da Segurança Social, insistindo que há um problema que é preciso resolver. “Temos um problema. Era bom que pelo menos desta vez os socialistas não fizessem de conta que não há

um problema e que em vez de virem com o jargão habitual de que o que nós queremos é cortar pensões, porque ninguém está a falar de cortar pensões, ou melhor, até estamos, o que nós queremos é que no futuro não se tenham de vir a cortar pensões simplesmente porque não há dinheiro para as pagar”, frisou Passos Coelho, que antes das eleições propôs ao PS um entendimento para garantir a sustentabilidade da Segurança Social. Ou seja, continuou, se nada for feito “o atual Governo ficará responsável pelo corte de pensões no futuro”.

Assegurando que o PSD continua disponível para avançar com uma reforma da Segurança Social, o líder social-democrata advertiu que tal exige uma mudança de regime. A proposta do PSD, disse, está explícita da moção de estratégia que traz ao congresso: “Proponho que possamos mudar de um sistema em que temos um benefício definido através da lei para o cálculo da pensão para um sistema em que os descontos, a contribuição, seja definida, para que cada um saiba muito bem o que é que vai ter como pensão no futuro, o que é que cobre os seus riscos sociais no presente e no médio prazo”.

Mas, acrescentou, o PSD não quer impor o seu modelo e espera que o Governo também apresente a sua proposta.

As eleições regionais no Açores depois do verão e as autárquicas a realizar no outono de 2017 foram igualmente referidas no discurso de Passos Coelho, que apontou como objetivo encontrar “um caminho diferente” para os açorianos e voltar a ter o maior número de câmaras municipais e recuperar simbolicamente a liderança da Associação Nacional de Municípios Portugueses. “Está ao nosso alcance ter grande resultado”, preconizou, adiantando que no sábado irá anunciar a criação de uma comissão autárquica no partido.

Numa longa intervenção, que se prolongou uma hora e quinze minutos, o líder do PSD deixou críticas ao executivo, insistindo nos ataques à política socialista de “desfazer e reverter” e à “arrogância” e “soberba” do primeiro-ministro demonstrada no envolvimento em negociações privadas a propósito do “genérico interesse relacionado com a estabilidade financeira”. “Penso que era melhor que arrepiasse caminho”, reiterou, numa referência à intervenção de António Costa nas negociações entre a empresária angolana Isabel dos Santos e a banca portuguesa.

E voltou também a falar da necessidade de preservar os portugueses de “riscos que são desnecessários”, recusando o modelo do estímulo ao consumo e ao endividamento externo e defendendo uma estratégia económica que privilegie a poupança e investimento reprodutivo. “Não podemos voltar a repetir os erros de ter um modelo económico do passado”.

Corte do “rating” pode levar a novo pedido ajuda externa

O presidente social-democrata aludiu ao alerta da agência de notação financeira canadiana DBRS, que admitiu cortar o “rating” português, considerando que se isso acontecer o país “difícilmente escapará a novo pedido ajuda externa”. Sublinhando que o partido não deseja que as coisas “corram mal”, Passos Coelho disse, contudo, que entende ter o “dever de alertar” e não apoiar políticas e decisões que conduzirão a maus resultados. E, acrescentou, o PSD não é o único a chamar a atenção e a fazer alertas, citando a notícia conhecida esta semana que a agência de notação financeira canadiana DBRS, a única que atribuiu uma nota de investimento a Portugal, admitiu cortar o ‘rating’ se houver incerteza política ou se o crescimento económico não for suficiente para reduzir a dívida pública. “Uma vez que o país perca este ‘rating’, dificilmente escapará a novo pedido ajuda externa”, avisou.

Apesar dos riscos, continuou, o Governo insiste em manter uma “postura desafiadora destes alertas e considerações”. “O atual Governo não se importa de impor riscos desnecessários aos portugueses”, lamentou, criticando





o “mau exemplo” para a sociedade dado pelo executivo ao “desfazer ou reverter” o que de estrutural foi feito. “Aquilo que nos distancia e que nos diferencia deste Governo é também o exemplo. [...] Não nos revemos nas políticas do PS, não nos revemos nesta forma de governar”.

Passos Coelho preconiza uma “sociedade que possa atrair o que de melhor se faz no mundo”, e criticou a visão redutora dos socialistas: “Reformar o Estado não é ter Simplex. A grande reforma do Estado é que está por detrás do Simplex”.

Opôs-se ainda ao populismo, comparando a uma “doença das sociedades democráticas” e mostrou-se determinado no “futuro de Portugal”.

O discurso inaugural de Passos Coelho serviu ainda para o presidente do PSD enviar, a partir de Espinho, “com muito afeto, um abraço muito forte” ao novo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. “Sentimos orgulho por um ex-presidente do PSD ser Presidente da República, pela segunda vez, na nossa história. É

Presidente de todos os Portugueses”.

Passos Coelho falou cerca de cinco minutos sobre o “novo ciclo presidencial” e definiu os princípios que devem nortear a ação do chefe de Estado, entre os quais “garantir um exercício absolutamente à margem dos partidos”, “intervir com pensamento e ação, arriscando ter posição e marcar a diferença” e ter “presente o interesse estratégico nacional, mais do que a espuma dos dias”.

Seguiu-se até perto da 01h30 a discussão de 14 das 27 propostas temáticas. O resto do dia foi dedicado às intervenções políticas, terminando com a votação das propostas levadas ao Congresso.

Presidente da República não deve ser instrumentalizado

De acordo com Pedro Passos Coelho, “não deve haver instrumentalização do Presidente da República por

parte de ninguém” e garantiu que o PSD não a irá fazer. Ainda sobre Marcelo Rebelo de Sousa, Passos Coelho acrescentou que o Presidente da República “não é uma expressão do PSD e não deve ser instrumentalizado por ninguém, nem pelo PSD, nem pelo PS, nem por partido nenhum”.

E reiterou: “Nós não instrumentalizaremos nem tentaremos instrumentalizar – porque acho que o Presidente da República nunca se deixa instrumentalizar – porque mantemos que é importante que ele possa estar num plano diferente dos partidos e devemos respeitar sempre as suas opiniões se queremos fortalecer a instituição como queremos”.

O presidente do PSD assinalou que “o Presidente da República não faz o jogo dos partidos, deve unir os portugueses, tem de ter um papel importante de cooperação institucional com os restantes órgãos de soberania, com o governo à cabeça, o parlamento também”. “O Presidente da República não governa nem legisla, mas deve



ter um exercício de influência de magistratura que seja relevante para todos os portugueses. E deve ter também a sua opinião sempre que isso possa ser suscitado por matérias a que atribua relevância”.

Para Passos Coelho, “o facto de [o Presidente da República] exprimir a sua opinião, que pode estar em desacordo com os portugueses, isso não é desunir os portugueses, isso é simplesmente vincar a identidade da personalidade que exerce o mandato de Presidente da República”.

No segundo dia de trabalhos, o líder social-democrata reafirmou ser “um mau princípio” quando um primeiro-ministro negocia com privados, defendendo que o Estado não pode interferir na gestão de empresas privadas. “Os instrumentos públicos são conhecidos. Quando não são usados nesses termos é sempre um mau princípio ver um primeiro-ministro, um ministro, emissários de primeiro-ministro ou de ministros a negociarem com privados matérias que respeitam aos privados e não ao governo”, afirmou aos jornalistas Passos Coelho à entrada da Nave Desportiva.

As afirmações surgiram no dia em que o semanário “Expresso” noticiou que António Costa e a empresária angolana, para ultrapassar o impasse no BPI, se reuniram em Lisboa e terão conciliado posições com o grupo financeiro espanhol La Caixa, com a filha do Presidente de Angola a vender a sua participação no BPI aos espanhóis e o BPI a ceder as suas ações do banco angolano BFA a capitais angolanos. “O Estado deve ser uma pessoa de bem, não pode deixar de cuidar do interesse público mas o interesse público obedece a regras”, assinalou o líder do PSD, explicando que “no exemplo da banca ou de outra empresa que possa ser importante, se o Estado entender que está em causa o interesse público maior tem instrumentos para intervir”.

“Isto é discutível, podemos concordar ou discordar mas está dentro das regras, o Estado pode ter o interesse em intervir (...) outra coisa é o Estado estar a interferir na gestão de empresas cotadas, que têm acionistas privados e isso o Estado não pode fazer”, frisou.



Maria Luís Albuquerque: Governo socialista apresenta muito “powerpoint”

A ex-ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque declarou que, cumpridos quatro meses do executivo do PS no poder, há, “a cada dia, novos motivos de preocupação” com o caminho trilhado pelo Governo socialista. “A cada dia encontramos novos motivos de preocupação” com o Governo do PS, declarou esta noite, numa intervenção no 36.º Congresso do PSD, a atual deputada do PSD eleita por Setúbal.

Para Maria Luís Albuquerque, o PS aliou-se ao Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP) com “uma única coisa em comum: a raiva que partilham contra o PSD, o ressentimento pelo sucesso” que, advogou, os sociais-democratas alcançaram na liderança do executivo anterior. “Uma base tão negativa e um tão flagrante desrespeito pela vontade dos portugueses não poderá nunca contribuir para o sucesso do país”, sublinhou a social-democrata, que apresentou no Congresso do partido a proposta temática “Afirmar Setúbal”.

Maria Luís Albuquerque acusou ainda o Governo de trazer para a agenda política “temas fraturantes” com o objetivo de “distrair atenções”, ao mesmo tempo que é “destruída a confiança de investidores internacionais”, com a reversão de compromissos assumidos pelo país.

“Fatalmente, voltarão a colocar-nos numa situação de perda de soberania”, frisou ainda, declarando que o executivo PSD/CDS-PP, no qual tutelou a pasta das Finanças, “lutou sempre pela distribuição mais justa de sacrifícios” entre os portugueses.

“Muitas reformas foram postas em prática mas muito estava ainda por fazer”, reconheceu a antiga ministra, que comentou também o Programa Nacional de Reformas, que o executivo socialista tem neste momento em discussão pública.

E foi perentória: “Lamentavelmente o que vamos vendo faz-nos temer o pior. Muita cerimónia pública, muito ‘powerpoint’, muito ‘show off’ [exibicionismo], mas tanta ausência de estratégia, visão, medidas concretas, e pior, tanto mais do mesmo”.

Portugal tinha uma “oportunidade única” de reforçar o seu papel na Europa, já que o país conseguiu ser um



“ativo” com a conclusão do programa de assistência financeira sem recurso a outro mecanismo do mesmo género. “A Europa precisa do nosso sucesso como um elemento que reforça a coesão. Precisa de demonstrar que os países do sul também são capazes de se reformar, superar constrangimentos”, vincou, alertando que “os custos de se perder” uma oportunidade de reforçar o papel do país a nível europeu irá pesar “durante muito tempo”.

E concretizou: “Da minha parte, aqui estou para continuar no PSD, no parlamento, a lutar pelas nossas convicções, a defender sempre e acima de tudo os portugueses”.

No que refere a Setúbal, distrito pelo qual foi eleita, Maria Luís Albuquerque declarou que as eleições autárquicas de 2017 devem ser encaradas como um momento para o PSD “conquistar” municípios. “Precisamos de conquistar autarquias no distrito, fazer refletir no poder local o que tantas vezes conseguimos nas legislativas: ganhar o distrito de Setúbal”, apelou.

A nível local, Maria Luís disse que o PS comete “os mesmos erros que comete na gestão do país”, atuando com “falta de estratégia e rigor financeiro”.

A intervenção da social-democrata foi a que se seguiu à do presidente do partido, Pedro Passos Coelho, e foram vários os aplausos a algumas das ideias manifestadas por Maria Luís Albuquerque na sua intervenção de aproximadamente dez minutos.

Moreira da Silva: moção de Passos Coelho deve ser lema do partido

O vice-presidente Jorge Moreira da Silva quer que o congresso projete uma ideia de mobilização para o futuro e que afirme a moção de Pedro Passos Coelho como um lema orientador do partido. “É importante que neste congresso se possa demonstrar que esta moção ‘Compromisso Reformista’ é de facto um lema que orientará o PSD para o futuro”, frisou o ex-ministro do Ambiente, momentos depois de Pedro Passos Coelho terminar a sua primeira intervenção.





Para Jorge Moreira da Silva, o discurso de Passos Coelho, para apresentação da sua moção estratégica, “foi muito importante” também porque “responsabilizou totalmente o primeiro-ministro e os partidos que apoiam este Governo pelo êxito da governação”.

Paralelamente, disse, “o PSD estará obviamente empenhado em trabalhar, preparando-se para as eleições autárquicas, regionais, preparando a revisão e atualização das suas linhas de orientação para o futuro”. “É possível servir o país no Governo como é possível servir o país na oposição. Estamos com o mesmo otimismo, a mesma base reformista e esperançosa no futuro. Este é um congresso que espero que seja mobilizador para o futuro”.

Miguel Poiares Maduro: Passos Coelho tem uma visão para o país

Já para o ex-ministro Poiares Maduro, o discurso de Passos Coelho no primeiro dia da reunião magna do PSD apresentou “uma visão para o país não assente no passado mas em que a vitória e a separação da crise é o ponto de partida para continuar a vencer desafios estruturais”. “Eu acho que Pedro Passos Coelho tem uma forma de fazer política que pode não ter a eficácia imediata, ou ter mais setas para cima que António Costa, mas tem mais interesse para o país, e é mais importante para o país porque pensa no interesse de médio e longo prazo”, sustentou.

Para Poiares Maduro, “Passos Coelho mantém a sua coerência sobre o que entende ser a forma de fazer política que é pensar no interesse do país de médio e longo prazo, que é pensar na política não em termos de oportunismo ou de manter o poder mas em termos de princípios”.

Já para o líder do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, Passos Coelho proferiu um “discurso mobilizador para aquilo que Portugal necessita que é um novo projeto político de um país cosmopolita e virado para o mundo”.



Marco António Costa: discurso do líder “virado para o futuro”

Para o vice-presidente Marco António Costa, Passos Coelho fez um “discurso virado para o futuro e com os pés assentes no chão”.

O vice-presidente do PSD criticou o “aventureirismo” com que o PS está a governar o país e alertou para a necessidade de uma reforma na Segurança Social que garanta o futuro das pensões. “Aquilo que hoje os portugueses estão a ter é aventureirismo na governação do país”, afirmou o social-democrata. E acrescentou: “quando ouvimos falar de planos B só tem um significado, é que o plano B é a fatura que temos todos que pagar pelo aventureirismo que está a ser levado a cabo pelo PS e por António Costa”.

O ex-secretário de Estado da Solidariedade aproveitou para lembrar a necessidade de uma “reforma de fundo” na Segurança Social para que não seja necessário “andar a cortar pensões”.

Destacou ainda que o atual ministro da Solidariedade assinou na sexta-feira uma portaria com a mesma finalidade de ligar o fator de sustentabilidade da Segurança Social à idade da reforma que uma proposta do PSD apresentada em maio de 2013.

“Dizia Vieira da Silva que essas medidas seriam péssimas notícias para Portugal e que o governo não tinha condições para fazer progredir Portugal”, assinalou Marco António Costa para quem “é caso para dizer, não olhes para o que eu digo”.

Marco António Costa lembrou também o passado recente do partido e destacou que “quando muitos acharam que tudo estava perdido” o PSD conseguiu “contrariar o pessimismo e vencer as legislativas”. “Isso não aconteceu por acaso. Aconteceu porque neste partido, o nosso líder e o que os acompanham não são corredores de 100 metros. Acreditam que a resiliência e determinação são fatores essenciais”, justificou e, falando já nas autárquicas de 2017, garantiu que os sociais-democratas “vão estar pacientes, resilientes e determinados” nas seções e nas distritais a “lutar” por um “projeto político para Portugal”.

Luís Montenegro: o PSD fará uma “oposição responsável, séria e muito atenta àquilo que são os erros, as omissões da governação”

O líder parlamentar do PSD recusou que o partido tenha qualquer problema com a sua capacidade de renovação de propostas e protagonistas, lembrando os novos rostos que têm surgido nos últimos anos. “A renovação é importante, mas nós não temos nenhum problema com a nossa capacidade de renovar, quer as nossas propostas, quer os nossos protagonistas”, afirmou.

Recordando os rostos e as personalidades que o partido levou para o Governo há quatro anos e meio, o líder da bancada social-democrata considerou que “nenhum outro partido se tem renovado como o PSD nos últimos anos”.

“As pessoas já se esqueceram, mas ainda no início do anterior Governo do PSD havia tantos ministros do PSD como ministros independentes e havia apenas mais um ministro do PSD do que do outro partido que compunha a nossa coligação, o CDS-PP”, venceu.

Questionado se as eleições autárquicas no outono de 2017 serão um teste à liderança de Pedro Passos Coelho, Luís Montenegro confirmou que o objetivo do partido é lutar por recuperar a supremacia em termos de mandatos autárquicos e de presidências de câmaras e de juntas de freguesia, mas recusou qualquer extrapolação para as legislativas. “O resultado autárquico é muito importante para nós, fazer disso uma condição para poder lograr obter a adesão maioritária do povo português é que me parece que não é adequado”, sustentou, lembrando que em 2013 muitos teorizavam sobre as repercussões



políticas e até governativas de um resultado negativo.

“Na altura não vencemos essas eleições e perdemos até de uma forma significativa uma quantidade de câmaras municipais e, não obstante, dois anos depois vencemos as eleições legislativas”, argumentou, insistindo que “as autárquicas são uma coisa, o projeto para o país é outra coisa”.

Reiterando que a oposição “não se mede por níveis de agressividade”, o líder parlamentar do PSD frisou que o partido que irá continuar a afirmar-se como “uma oposição responsável, séria e muito atenta àquilo que

são os erros, as omissões da governação”.

O líder parlamentar do PSD acusou o PS de governar com arrogância e comparou o primeiro-ministro a um relações públicas, dizendo que se oporá se algum dia um líder do PSD quiser governar sem ganhar eleições. “Do PS e PSD costuma-se dizer que são os partidos com vocação de poder – mas o PS quer o poder pelo poder, nós queremos o poder como instrumento para podermos governar. Estaremos na primeira linha do combate político no parlamento, para fazermos oposição a este Governo, a um primeiro-ministro que mais do que um governante é um relações públicas”, acusou Luís Montenegro, no seu discurso perante o 36.º Congresso do PSD, que decorre até domingo, em Espinho.

Como exemplo, o líder parlamentar social-democrata apontou a agenda da última semana do primeiro-ministro, António Costa: “À segunda, faz uma sessão com pompa e circunstância para anunciar uma decisão que já tinha anunciado não sei quantas vezes, à terça faz uma sessão com pompa e circunstância para anunciar o esboço do que há de ser o Programa Nacional de Reformas e à quarta faz uma outra sessão também com pompa e circunstância para dizer que vai assinar um memorando de entendimento que há de resolver um problema lá para o mês seguinte”. “É um exercício arrogante, muito pouco digno da função de liderar o Governo”, disse.

Referindo-se aos que, até internamente, acusam o PSD de não fazer uma oposição suficientemente forte, disse para não se preocuparem: “Vamos ser capazes disso e a dobrar, mas sem nos descaracterizarmos”.

Antes, Luís Montenegro tinha já criticado o Governo socialista, dizendo que está “rendido e seduzido à doutrina do doutor Francisco Louçã” [antigo coordenador do BE] e que fez um acordo pós-eleitoral com PCP e BE “para salvar o seu líder [António Costa]”.

“Eu terei vergonha e opor-me-ei se algum dia algum líder do PSD quiser governar Portugal depois de ter perdido as eleições legislativas a que se candidatou – é uma questão de princípio e de ética republicana”, referiu.

Paulo Rangel: “Vamos fazer tudo para vencer as autárquicas”

O eurodeputado Paulo Rangel considerou na sexta-feira, dia 1, que o presidente do PSD fez “um discurso empolgante” na abertura do Congresso de Espinho e colocou “desafios enormes” ao primeiro-ministro sobre a Segurança Social e reforma do sistema eleitoral. Paulo Rangel afirmou: “Eu acho que foi um discurso empolgante, e mais, foi um discurso que desarmou. Por isso, eu digo que António Costa tem motivos para estar preocupado”.

“Vejam o caso da Segurança Social e da reforma eleitoral. Para quem diz que quer entendimentos e consensos, [António Costa] tem aí dois desafios enormes”, considerou o eurodeputado, acrescentando que agora “é preciso perguntar ao primeiro-ministro se ele está disposto a responder a esses desafios ou não”.

De acordo com Paulo Rangel, “depois de uma agenda imposta pela ‘troika’, e que não era a agenda do PSD”, Passos Coelho mostrou hoje “toda uma agenda” para este “novo ciclo político”.

“Se começar pela questão da desigualdade social ou das reformas estruturais, sejam políticas, sejam da Segurança Social, tem aí toda uma agenda. Na questão da desigualdade, tem aí toda uma agenda, que é uma agenda social-democrata típica, e que só é possível num país que já tem as suas finanças públicas consolidadas”, defendeu.

“Eu acho que foi um discurso claramente de oposição e de alternativa ao Governo”, elogiou o antigo adversário de Passos Coelho, concluindo que “António Costa tem motivos para dormir menos tranquilo”.

O eurodeputado manifestou que o PSD vai “fazer tudo” para vencer as autárquicas de 2017, mas é ainda prematuro colocar o foco nessa matéria, até porque o atual Governo “está a pôr Portugal em risco”. “Temos de nos concentrar muito agora nos riscos que alertou ontem [sexta-feira] o presidente do partido, os riscos a que o Governo está a expor Portugal. O Governo de António Costa, apoiado também pela esquerda radical, está a pôr Portugal em risco”, realçou Paulo Rangel.

De todo o modo, prosseguiu o eurodeputado social-democrata, este Congresso aprovará uma estratégia autárquica, sendo certo que na “lógica própria” desse sufrágio o PSD irá procurar a vitória. “Vamos fazer tudo para vencer as autárquicas, isso claramente. Mas isso é um assunto que sinceramente julgo que é prematuro estarmos a pôr”, venceu.



Manuel Frexes: eleição de presidentes das áreas metropolitanas é regionalização encapotada

O presidente da distrital de Castelo Branco do PSD criticou que a proposta do Governo de eleger os presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto nas autárquicas de 2017 considerando que é uma regionalização encapotada. Manuel Frexes frisou que, a concretizar-se a intenção do Governo socialista, “reforçam-se competências e orçamentos das regiões mais ricas não procurando fazer o mesmo para o resto do país”. “É uma regionalização parcial e encapotada, o congresso deve refletir sobre esta matéria”, apelou

durante a intervenção em que explicou a proposta temática intitulada “dar expressão legislativa ao estatuto dos territórios de baixa densidade”.

O deputado defendeu ainda que os portugueses devem ser consultados sobre esta matéria que na sua opinião reforça o poder de Lisboa e também do Porto em detrimento do resto do país.

Como disse Eça de Queiroz, citou Frexes, “Portugal é Lisboa, e agora também o Porto, e o resto é paisagem”.

O Governo socialista pretende fazer com que os presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e das respetivas assembleias metropolitanas sejam eleitos diretamente pelos cidadãos nas autárquicas de 2017.





Álvaro Amaro: todos disponíveis para as eleições de 2017

O presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD), Álvaro Amaro, dirigiu um apelo para que todos no PSD estejam disponíveis para disputar as eleições autárquicas do próximo ano, dizendo que “desta vez não vale ficar no sofá”.

Numa das intervenções mais aplaudidas no âmbito da apresentação das propostas temáticas, Álvaro Amaro recordou que o resultado obtido pelo PSD nas autárquicas de 2013 – 106 câmaras contra 150 do PS – foi o pior da história do partido. “Lixámo-nos mesmo, senhor presidente”, disse, numa alusão a uma frase proferida por Passos Coelho em julho de 2012 – “que se lixem as eleições”.

Para que o PSD possa voltar a vencer as eleições e reconquistar a presidência da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), Álvaro Amaro, também autarca da Guarda, pediu a todos que não deixem de participar neste combate por calculismos futuros como os de pensarem em eventuais lugares governativos. “Todos têm de estar disponíveis, todos os que já estiveram no governo e os que um dia podem chegar ao governo, outros que acham que são muito importantes na política nacional e que é coisa menor a política local, não, não é (...). Venham daí, desta vez não vale ficar em casa, no conforto do sofá”, apelou o autarca da Guarda, numa passagem muito aplaudida no congresso que decorre em Espinho, distrito de Aveiro.

Álvaro Amaro lembrou que Pedro Passos Coelho foi ele próprio candidato a uma câmara – a da Amadora, em 1997 -, perdeu-a e isso não o impediu de ser candidato a primeiro-ministro. “Aqueles que têm a aspiração de serem ministros e pensam ‘se for candidato a uma câmara e perder, será que ele depois me chama para o Governo? Eu vou responder por ele – não há problema, candidatem-se’”, desafiou, alertando que se não forem escolhidos os melhores, o PSD poderá voltar a perder as autárquicas.



Álvaro Amaro desafiou ainda o PS para uma alteração da lei eleitoral autárquica, a aplicar apenas no sufrágio de 2021, e que permita dar mais governabilidade aos executivos municipais. “Há muitas câmaras que não têm governabilidade assegurada, é hora de acabar com isto, se não ou muito em engano ou se em 2017 pega a moda, quem não ganhou diz: ‘o senhor presidente ganhou mas não manda nada’”.

O presidente dos ASD manifestou-se ainda contra uma proposta do Governo PS para que apenas sejam eleitos diretamente os presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. “Então íamos ter dois grandes presidentes eleitos diretamente e os outros? Isso é um desequilíbrio político que o PSD não pode aceitar, eu nunca aceitarei”, assegurou.

Aguiar-Branco: o congresso é um “local por excelência para falar”

“Eu lamento sempre ausências. Acho que militantes de grande responsabilidade histórica ou atual e que sobretudo também estão a fazer o seu sentido crítico fora dos órgãos do partido, deviam aqui vir”, venceu Aguiar-Branco.

“Este é o local por excelência [para falar]. Não compreendo que haja militantes de prestígio, a quem o partido muito deve, que não venham ao congresso. Isso eu lamento. (...) Acho que o PSD sempre foi um partido bastante global, de ser uma força para o próprio partido, e aqui também”, prosseguiu.

Para José Pedro Aguiar-Branco, há um “grande desafio” para o PSD em 2017, as eleições autárquicas: “Enquanto partido, o grande desafio que tem pela frente é as próximas eleições autárquicas. Espero que todos estejam realmente mobilizados”, declarou.

Mesmo faltando ainda “quase dois anos” para esse ato eleitoral, Aguiar-Branco diz que para a autarquia de Lisboa tem já em mente um putativo candidato do PSD, mas apenas “em momento certo” - que não hoje - revelará a sua preferência.

“Caros barões, aspirantes a barões, candidatos a barões, candidatos a candidatas, ‘enfants terribles’, ausentes deste congresso, sigam as ancestrais tradições, gostando ou não gostando do nosso presidente do partido, têm de ir a votos. Como nos casamentos, ou vão a votos, ou calem-se para sempre. Isto sim, é ser social-democrata”, declarou o antigo líder parlamentar do PSD.

José Pedro Aguiar-Branco fez duas sugestões concretas: “Alguém tem dúvidas que José Eduardo Martins é um grande candidato à nossa Câmara Municipal de Lisboa? Alguém tem dúvidas que o Pedro Duarte é um grande candidato ao Porto? Eu não tenho dúvidas algumas”.

Sustentando que “o partido tem quadros, tem figuras e não se pode dar ao luxo de nestas circunstâncias desperdiçar nomes”, Aguiar-Branco acrescentou: “Nuno Morais Sarmiento, Teresa Leal Coelho, Maria Luís Albuquerque, Luís Montenegro, Teresa Morais, Paula Teixeira da Cruz, Matos Correia, todos esses militantes que preenchem o espaço público com grande visibilidade podem e devem ser candidatos”.

O ex-ministro da Defesa recordou que o atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, quando liderava o PSD, em 1997, “exigiu que todos fossem candidatos, todos” - salientando que na altura Passos Coelho foi candidato na Amadora - e propôs que se repita agora essa estratégia.

Pedro Santana Lopes: homenagem a Cavaco Silva

O ex-líder do PSD Pedro Santana Lopes homenageou Cavaco Silva no congresso do PSD agradecendo os “serviços prestados ao país” pelo antigo Presidente da República em “circunstâncias difícilíssimas”. “Devemos uma palavra de agradecimento a Aníbal Cavaco Silva pelos serviços prestados ao país”, disse Santana Lopes durante a intervenção que fez esta noite perante os 750 congressistas social-democratas, que responderam às palavras do ex-líder do PSD com um aplauso de pé ao antigo Presidente da República.



Sublinhando que um dia, “com mais distância e serenidade”, se fará o registo dos serviços prestados por Cavaco Silva na chefia do Estado, o agora provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa recordou as “circunstâncias difícilíssimas” em que o também antigo líder do PSD e ex-primeiro-ministro exercer o seu mandato, primeiro com o Governo socialista de José Sócrates, depois com a crise.

Pedro Santana Lopes fez igualmente referência ao novo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, também ele antigo líder social-democrata, notando que, com a sua eleição, pela primeira vez na história há um ‘empate’ de “2-2” entre chefes de Estado oriundos do PS [Mário Soares e Jorge Sampaio] e do PSD [Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa].

“Um dia haverá quem desempatará”, disse.

Pedro Santana Lopes deixou elogios à maneira de ser “fria, responsável e determinada” do atual líder social-democrata, a quem assinalou “parecenças” com Sá Carneiro, criticando os ‘ausentes’ do congresso. “É por termos um líder com esta maneira de ser fria, responsável e determinada - só não concordo com o frio

(...) - é exatamente com esta maneira de ser que Pedro Passos Coelho conseguiu aquilo que nenhum líder de países que atravessaram dificuldades semelhantes às nossas conseguiu: foi ele que teve o melhor resultado em eleições legislativas depois de um programa de austeridade extremamente difícil, cometendo uma proeza absolutamente extraordinária”, afirmou Pedro Santana Lopes, perante os 750 congressistas ‘laranjas’ que se reúnem este fim-de-semana em Espinho.

Apontando umas “parecenças muito curiosas” de Passos Coelho com Sá Carneiro, o agora provedor da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa lamentou a falta de “disponibilidade” de alguns críticos do líder do PSD para se deslocarem ao congresso, referindo-se diretamente a Rui Rio.

Recusando a ideia que Pedro Passos Coelho seja um líder isolado, Santana Lopes censurou a possibilidade de ser feito no interior do PSD aquilo que foi feito no país, no parlamento, em relação “à pessoa que ganhou as eleições legislativas”. “Isso passa pela cabeça de alguém? Ganhou as eleições legislativas e nós censuramos os nossos adversários por terem formado um Governo com quem não ganhou essas eleições. Cá dentro sabemos que ganhou as legislativas, ganhou as eleições internas e dizemos ‘ganhaste, mas estás muito só, por isso agora, ou daqui a dois anos ou três anos, não sabemos se serás

o homem indicado”, frisou, assegurando que mesmo que tivesse havido uma candidatura adversária, o seu voto teria sempre sido para Pedro Passos Coelho.

Sublinhando ter sido “um gosto” estar no congresso, o antigo líder do PSD terminou com um apelo à calma do partido em relação às autárquicas.

“Keep cool’, tenhamos calma, tudo a seu tempo”, disse.

Sessão de encerramento: Sem investimento, Portugal nunca crescerá “além de 2%, 2,5%” do PIB

O presidente do PSD terminou o 36.º Congresso com novos apelos a reformas estruturais nas políticas públicas, segurança social e lei eleitoral, com que já tinha iniciado a reunião magna.

No discurso de encerramento, Pedro Passos Coelho disse não esperar eleições nos próximos anos, assegurou que o partido “não tem pressa”. Reiterou ainda uma ideia expressa na abertura da reunião magna, quando classificou como legítima e consistente a atual maioria que suporta o Governo: “Somos um partido da oposição. Não concordamos com este Governo nem com esta maioria. Sabemos que este Governo e esta maioria não precisam de nós”. Ressalvou que o PSD não está “do contra por estar do contra”, mas por discordar das políticas, e deixou uma mensagem ao PS: “Estas políticas não são as nossas. Não queiram falar em compromisso de ideias, de projetos, se não se aproximarem de nós”.

O presidente social-democrata recomendou ao Governo do PS que não deixe alimentar qualquer dúvida sobre a possibilidade de um pedido de reestruturação da dívida por parte de Portugal. Passos Coelho dedicou quase dez minutos a este tema, invocando a sua experiência na chefia do anterior executivo: “Eu sabia que no dia em que, como primeiro-ministro, dissesse que Portugal queria rees-



trutar a sua dívida, nós caminharíamos imediatamente para um segundo resgate”. “Se o atual Governo deixar que se alimente alguma dúvida à volta disto eu estou convencido, profundamente convencido, de que não só não ganharemos nada com isso, como podemos perder muito dos sacrifícios que o país fez nos últimos anos”.

Passos Coelho defendeu que a solução para o problema do endividamento implica disciplina orçamental, para se conseguir a confiança dos mercados de modo a substituir a atual dívida por outra mais barata, e passa também pela atração de investimento que impulse o crescimento económico.

Segundo o presidente do PSD, sem atração de investimento, Portugal nunca crescerá “além de 2%, 2,5%”

do Produto Interno Bruto (PIB). “Crescer a esse ritmo não nos permite nem pagar as dívidas ao ritmo adequado, nem investir no futuro como precisamos”, considerou.

Perante este diagnóstico, referiu que há quem entenda, “mais à esquerda”, que a solução é a reestruturação da dívida, e em seguida contestou essa proposta. Sustentou que “a reestruturação técnica da dívida está feita” pelo anterior Governo, que negociou com a União Europeia o aumento das maturidades e diminuição de juros. “Não é possível mais do que isto. Isso já está feito. Podemos até admitir que se nos dessem mais três ou quatro anos para pagar a dívida nós não rejeitaríamos, mas não é por mais três ou quatro anos que a gente resolve o problema”.

O líder social-democrata sublinhou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) “nem aumenta prazos nem diminui os juros”. Depois, dirigindo-se aos que acreditam que a União Europeia “vai perdoar dívida” a Portugal, declarou: “Isso nunca acontecerá”.

Rever “pedra por pedra” políticas públicas da área social

O presidente do PSD propôs rever, “pedra por pedra”, as principais políticas públicas na área social, incluindo educação, saúde e apoio social, para melhorar a redistribuição de rendimentos e combater as desigualdades. “Nós temos de rever, pedra por pedra, aquilo que são as nossas principais políticas públicas na área social. Na educação, à cabeça. Mas na saúde e no apoio social é indispensável que, em Portugal, nós possamos rever a maneira como se faz a redistribuição”, declarou Passos Coelho.

Passos Coelho referiu que cerca de metade dos portugueses não paga IRS e a maioria dos que pagam gera pouca receita, considerando: “A função redistributiva na nossa sociedade está avariada e é por isso que, ano após ano, nós continuamos a perpetuar estas desigualdades”.

Neste ponto, mencionou o discurso feito no sábado pelo eurodeputado Paulo Rangel: “Se, como o Paulo Rangel dizia, nós devemos estar preocupados em ser o grande partido da mobilidade social em Portugal, temos hoje de reconhecer que ela também está avariada”.

Mais à frente, reivindicou que o PSD é “o partido que maior propensão para reformar” e voltou a falar das políticas de saúde, educação e de apoio social, para defender que se deve “assegurar a livre escolha” dos cidadãos nestes domínios - uma posição que tem defendido desde que está na liderança do PSD.

“Não somos nenhum partido com ideias de vanguarda política e social, somos contra o vanguardismo. São os cidadãos, as pessoas, cada uma das pessoas, a fazer, a decidir, a contribuir para a mudança. Nós devemos

assegurar a livre escolha, devemos aumentar as possibilidades de escolha das pessoas para determinar o seu próprio futuro, em liberdade, para poderem escolher a saúde, a educação, o apoio social que entenderem”, afirmou.

O presidente do PSD argumentou que “o Estado tem responsabilidades indeclináveis, mas não se substitui aos cidadãos”. “E quanto mais pudermos garantir aos cidadãos que escolham, dentro das ofertas públicas, ou nas ofertas privadas, é a escolha dos cidadãos que conta, não é a ideologia ou o rótulo que queremos pôr na testa de cada cidadão ou de cada pessoa”, considerou.

Neste contexto, o presidente do PSD introduziu o tema das tendências de voto, sustentando que “hoje as pessoas votam num partido, amanhã podem votar noutro”, porque “o voto partidário, fidelizado, dogmático, ideológico há muitos anos que está em remissão”.

“Quem não muda e não se abre aos cidadãos e ao mundo, morre. E nós somos um partido vivo, que está aberto aos portugueses”, concluiu.

Pedro Passos Coelho afirmou igualmente que o PSD é um partido da oposição e sem pressa, referindo que não perspetiva eleições legislativas nos próximos anos.

Insistiu também que a atração de investimento constitui um objetivo que deve unir os partidos e renovou os desafios ao PS para reformar a Segurança Social e o sistema eleitoral. “Espero sinceramente que, desta vez, não havendo eleições à vista para a Assembleia da República - e eu não as perspetivo nos próximos anos - possa haver um debate sério para escolher a eleição dos deputados”.

Perante os 750 congressistas do PSD, e os convidados do PS, CDS-PP e PCP presentes nesta sessão de encerramento, Passos Coelho afirmou: “Somos um partido que não tem pressa, temos tempo”. “Somos um partido da oposição. Não concordamos com este Governo nem com esta maioria. Sabemos que este Governo e esta maioria não precisam de nós”, acrescentou, reiterando que cabe aos socialistas, bloquistas e comunistas assegurar a estabilidade política.

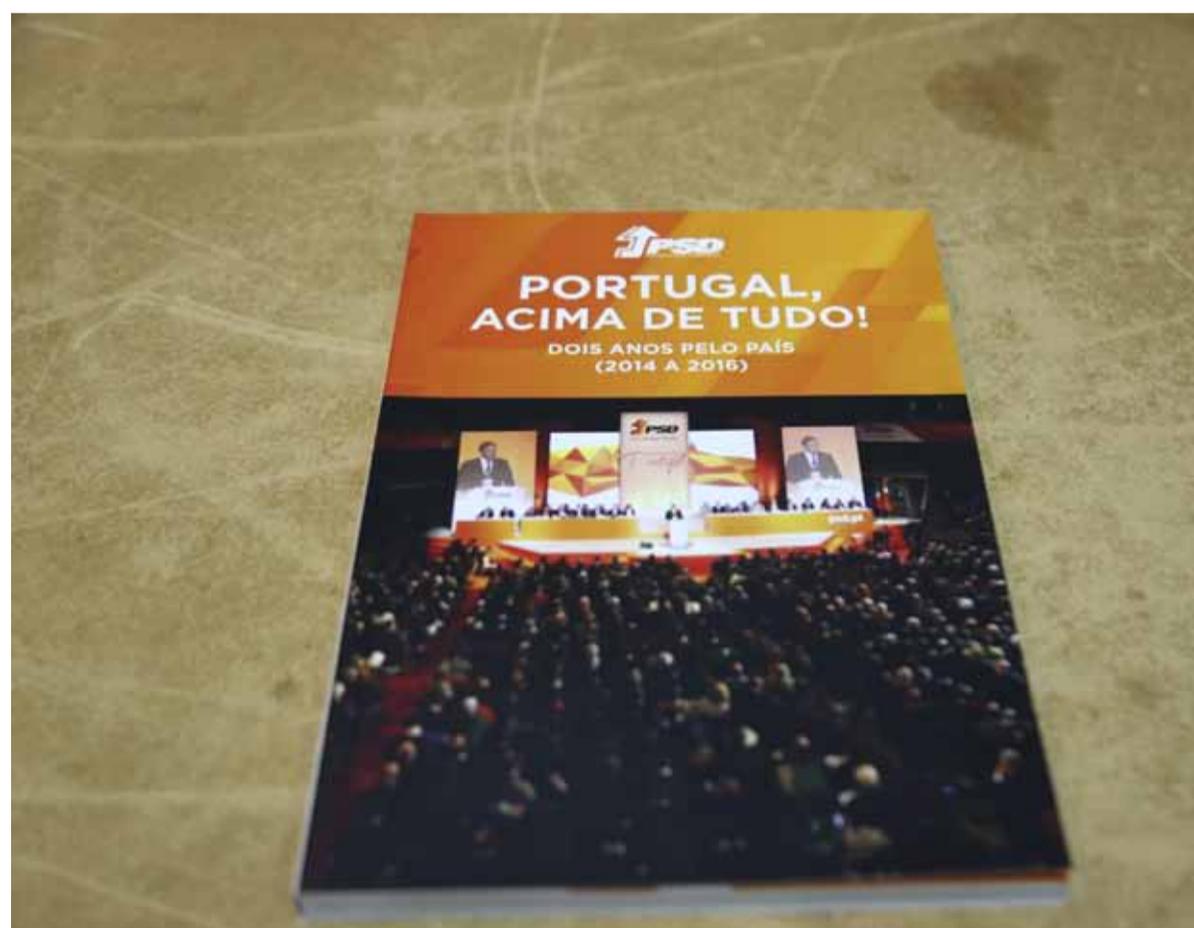
Ressalvou, porém, que o PSD não está “do contra por estar do contra”, mas por discordar das políticas, e deixou a seguinte mensagem para o PS: “Estas políticas não são as nossas. Não queiram falar em compromisso de ideias, de projetos, se não se aproximarem de nós”.

Não há qualquer “querela” com a Constituição

O PSD não tem uma “querela” com a Constituição. Passos Coelho sublinhou que as rejeições a decisões do seu Governo foram também consequência da necessidade de recorrer a medidas que estavam no “limite do admissível”. “Muito do que aconteceu nos últimos anos está relacionado com a interpretação que se fez da salvaguarda de princípios constitucionais, mas é sobretudo consequência de termos tido necessidade de recorrer a soluções extraordinárias e difíceis que estiveram sempre no limite daquilo que podia ser o admissível”.

Assegurando que “o PSD não tem uma querela constitucional”, Passos Coelho voltou, contudo, a defender a necessidade de melhorar a Lei Fundamental. Mas, acrescentou, essa revisão não pode acontecer de “forma isolada ou de forma particular”, devendo existir uma “visão holística e bastante aberta” do que deve ser a melhoria do texto constitucional.

Passos Coelho destacou o orgulho que o partido tem por ter feito parte do núcleo que há 40 anos aprovou a Constituição. E respondeu aos que acusam o PSD de ter sistematicamente violado a Lei Fundamental quando estava no Governo e se viveram “tempos de grande dificuldades, que muitas vezes exigiram soluções nada simples e muito desafiadoras”. “Muitas vezes, os diplomas que esbarraram no Tribunal Constitucional não esbarraram por não estarem conformes a letra da Constituição, mas simplesmente porque os senhores doutores juizes fizeram uma interpretação daquilo que são princípios constitucionais”, insistiu, recuperando a justificação que





enquanto primeiro-ministro utilizou para responder aos 'chumbos' do Tribunal Constitucional.

Ou seja, frisou, não houve "nenhum conflito com a letra da Constituição".

Além dos 40 anos da aprovação da Constituição, que se assinalaram no sábado, Passos Coelho dedicou a primeira parte do discurso a referir outras efemérides, como os 40 anos sobre a instituição do poder local democrático, os 40 anos processo autonomia das regiões autónomas e os 30 anos da integração europeia.

A propósito do poder local e das autonomias regionais, o líder do PSD recordou que já este ano se irão realizar eleições regionais nos Açores e, no outono de 2017, eleições autárquicas. "Pretendemos escolher os melhores para estarem ao serviço comunidades locais", disse, voltando a fixar como objetivo do partido a eleição do maior número de presidências de câmaras e de juntas de freguesia.

Ao líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, Passos Coelho desejou "muito sucesso", prometendo que o partido estará ao seu lado a trabalhar para um bom resultado das eleições regionais.

Relativamente aos 30 anos de integração europeia, o presidente do PSD, reiterou a necessidade de fazer mais no plano económico, financeiro e monetário, mas também no âmbito da gestão do problema dos imigrantes, dos refugiados e da mobilidade da Europa e da sua segurança.

De manhã, decorreu a eleição dos órgãos nacionais. Os delegados votaram, entre as 9h00 e as 11h00, as listas do líder para a Mesa do Congresso, a Comissão Política Nacional e a Comissão Nacional de Auditoria Financeira. No que respeita aos órgãos com representação proporcional, foram entregues oito listas para o Conselho Nacional – a de Passos Coelho encabeçada pelo ex-ministro Luís Marques Guedes - e quatro para o Conselho de Jurisdição Nacional.

O Congresso do PSD terminou no dia 3 de abril, por volta das 14h30, na Nave Desportiva de Espinho, onde se ouviu o hino nacional, interpretado pela fadista e militante do PSD, Maria Teresa Azóia. O Congresso Nacional constitui o órgão supremo do Partido. Em Espinho, estiveram 750 congressistas, contou com 90 intervenções e foram debatidas e votadas 27 propostas temáticas. Muitos momentos intensos marcaram o 36.º Congresso do partido que melhor representa as aspirações dos portugueses, o PSD.

Todas as 27 propostas temáticas foram aprovadas

A reforma do sistema político, com primárias para a escolha do candidato a primeiro-ministro, o papel na oposição e as eleições autárquicas foram alguns dos temas das 27 propostas temáticas discutidas no congresso do PSD. “Fortalecer a democracia - continuar a dar passos” é o título da proposta que a JSD levou à reunião magna social-democrata. Focados no sistema político, os ‘jotas’ defenderam a abertura dos partidos - “que não podem continuar, tranquilamente, a viver e respirar fechados sobre si próprios” - e uma reflexão profunda sobre os mecanismos internos do seu funcionamento, mudando a forma como envolvem os cidadãos.

Entre as alterações defendidas, a JSD preconiza a realização de eleições primárias para a escolha do seu candidato a primeiro-ministro e, à semelhança do líder do partido, a aposta no sistema de voto preferencial nas eleições legislativas.

O tema da reforma do sistema político atravessa igualmente outras propostas temáticas, como a subscrita pelo PSD-Oeste, que propõe que os círculos eleitorais passem a ser 28, em vez dos atuais 22, com os arquipélagos da Madeira e dos Açores a manterem cada um dois círculos eleitorais e o continente a ficar com 24 círculos. “Mais e melhor PSD na afirmação de Portugal no século XXI” pede a ‘moção’ dos sociais-democratas de Leiria, que apresentam “contributos para a dinamização da vida interna” do partido e defendem a realização de primárias para a escolha dos candidatos a apresentar a eleições.

A extinção da figura do militante suspenso foi outra das ideias apresentadas pelo PSD de Leiria, considerando que todos devem ser militantes e contar como ativos e ninguém deve ser suspenso por questões financeiras, mas apenas para efeitos sancionatórios. Contudo, acrescentam, para terem capacidade eleitoral (elegerem e serem eleitos), os militantes devem ter as quotas pagas.

A adoção de um sistema misto nas eleições legislativas - com a eleição de 113 deputados através de círculos uninominais, 113 deputados por círculos de compensação regionais e 4 pelos círculos da emigração da Europa e Fora da Europa é outra proposta avançada por Ricardo Alves, o primeiro subscritor de uma das 27 ‘moções’ temáticas em discussão no congresso.

O poder local é o tema forte da ‘moção’ dos Autarcas Social Democratas (ASD), que defendem que o PSD tem de voltar a encontrar nos resultados eleitorais das autarquias locais “a força para se tornar de novo o partido liderante” e pedem “rigor e critério” na seleção dos candidatos. “Os melhores e mais qualificados devem merecer a prioridade”, sublinham, notando que “uma candidatura é para ser assumida como esforço para vencer e não para um mero estatuto” e que é necessário um conhecimento profundo das comunidades a que cada candidato se apresenta porque “ninguém pode ser campeão de armas em arenas que desconhece”.

A descentralização e a regionalização são também fatores de aproximação entre moções, com o PSD/Porto a sugerir o aproveitamento da redução da despesa pública ao nível do Estado central para, de forma estrutural, desconcentrar e descentralizar e os sociais-democratas do Algarve a falarem mesmo na realização de eleições regionais em simultâneo com as autárquicas, para uma Assembleia Regional.

A falta de credibilidade do Orçamento do Estado é focada na proposta temática dos Trabalhadores Sociais Democratas (TSD), que avisam que “o exercício de 2016 arrisca-se, em meia dúzia de meses, a destruir quatro anos de sacrifícios dos portugueses”.



Várias secções do PSD da emigração subscrevem também uma proposta temática, tal como os eurodeputados sociais-democratas.

Além de outras propostas marcadamente regionais, como as ‘moções’ sobre Setúbal, Aveiro, Vila Real ou o Alto Minho, existem ainda ‘moções’ sobre saúde, cidades, emprego jovem, novas tecnologias e agricultura.

De acordo com o regulamento do 36.º congresso do PSD, as propostas temáticas podem ser subscritas pela comissão política nacional do PSD, da JSD, dos ASD, pelo secretariado nacional dos TSD, pelas comissões políticas regionais, pelas assembleias distritais, por cinco secções das comunidades portuguesas, por mil e quinhentos militantes no pleno exercício dos seus direitos ou por 50 delegados ao Congresso.

As 27 propostas temáticas apresentadas ao 36.º Congresso do PSD foram todas aprovadas no sábado à noite, incluindo as que defendem a instituição de primárias no partido e a regionalização. Das 27 propostas, 25 foram aprovadas “por larguíssima maioria”, de acordo com o presidente da Mesa do Congresso, Fernando Ruas, e apenas duas tiveram uma votação mais disputada.

A proposta C, intitulada “Novos círculos eleitorais, melhor proximidade”, subscrita pela Assembleia Distrital do PSD-Lisboa da Área Oeste, foi aprovada com 132 votos favoráveis, 116 contra e 91 abstenções.

A proposta S, “Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos”, da Assembleia Distrital do PSD de Faro, defende a instituição de regiões em concreto e a realização de eleições para os órgãos regionais em simultâneo com as autárquicas, tendo sido aprovada com 148 votos favoráveis, 51 contra e 69 abstenções.

Aprovadas foram também as três moções que defendem a introdução de primárias (eleições abertas a simpatizantes) no PSD, a da JSD, a da distrital de Leiria e uma que teve como primeiro subscritor Ricardo Alves.

Moção de Passos Coelho aprovada

A moção de estratégia global do presidente dos sociais-democratas, Pedro Passos Coelho, foi aprovada no sábado à noite sem votos contra, com duas abstenções, no 36.º Congresso do PSD.

Este resultado foi anunciado pelo presidente da Mesa do Congresso, Fernando Ruas, logo após a votação da moção de Passos Coelho para os próximos dois anos, intitulada “Compromisso Reformista”.

Neste documento, o presidente do PSD defende que “o PS e o Governo começaram mal”, e reitera o lema “social-democracia sempre”, recusando que tenha existido um “direitismo austeritário” no período em que chefiou o executivo.

Quanto ao futuro, Passos Coelho deixa em aberto o que poderá acontecer na eventualidade de uma crise política que obrigue à substituição do atual Governo chefiado por António Costa. “Saber se tal contingência originará um outro Governo de coligação entre as forças que atualmente apoiam o Governo ou se acabará por conduzir à realização de eleições é matéria que não cabe, a esta distância e a quem lidera a oposição, especular”, escreve o presidente do PSD.

Passos Coelho ressalva, contudo, que “qualquer crise que sobrevenha no atual quadro parlamentar não pode deixar de resultar do desentendimento gerado no seio da maioria que suporta o governo”.

Mais à frente, acrescenta que o PSD está “sempre preparado para reassumir responsabilidades de Governo”, mas recusa perder tempo com “qualquer cenarização”, tendo em conta que “existem mecanismos no quadro constitucional que permitirão aos partidos políticos com responsabilidades parlamentares e ao senhor Presidente da República avaliarem as melhores soluções a adotar em face das circunstâncias concretas”.



Homenagem aos funcionários mais antigos do PSD

O Congresso aplaudiu os funcionários “históricos” do PSD, que subiram ao palco, no segundo dia de trabalhos. O presidente e o secretário-geral prestaram uma justa homenagem às mulheres e homens que ao longo de quatro décadas serviram com dedicação e lealdade o Partido e seus valores sociais-democratas: António Meireles, Céu Soveral, Ester Correia, Francisco Lourenço, Luís Braga, Pedro Braga, Vítor António e Zeca Mendonça.

O Partido Popular Democrático (PPD) foi fundado em 6 de maio de 1974, tendo sido registado no Supremo Tribunal de Justiça em 25 de janeiro de 1975. Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota foram os seus fundadores mais destacados.

Fundação do PPD/PSD: 6 de maio de 1974 (legalização - 25 de janeiro de 1975)

Presidente: Pedro Passos Coelho (desde 2010)

Antigos presidentes:

Francisco Sá Carneiro (1974-1975, 1979-1980)

Emídio Guerreiro (1975)

António Sousa Franco (1978)

José Menéres Pimentel (1978-1979)

Francisco Pinto Balsemão (1981-1983)

Nuno Rodrigues dos Santos (1983-1984)

Carlos Mota Pinto (1984-1985)

Rui Machete (1985)

Aníbal Cavaco Silva (1985-1995)

Fernando Nogueira (1995-1996)

Marcelo Rebelo de Sousa (1996-1999)

José Manuel Durão Barroso (1999-2004)

Pedro Santana Lopes (2004-2005)

Luís Marques Mendes (2005-2007)

Luís Filipe Menezes (2007-2008)

Manuela Ferreira Leite (2008-2010)

Órgãos estatutários: Congresso Nacional; Conselho Nacional; Comissão Política Nacional; Comissão Permanente Nacional; Conselho de Jurisdição Nacional; Grupo Parlamentar; Comissão Nacional de Auditoria Financeira.

Número de militantes ativos: 117.757

Número de militantes ativos com quotas pagas: 53.683





Eleita nova comissão política

A Comissão Política Nacional de Pedro Passos Coelho foi eleita com quase 80% dos votos. De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Jurisdição, João Calvão da Silva, registaram-se 744 votantes para a Comissão Política Nacional, tendo a lista única da direção obtido 594 votos, correspondentes a 79,8% dos votos.

A Comissão Política do PSD, eleita no 36.º Congresso de Espinho, integra como novas vice-presidentes Maria Luís Albuquerque, Sofia Galvão e Teresa Morais. Mantêm-se como vice-presidentes Jorge Moreira da Silva, Marco António Costa e Teresa Leal Coelho. José Matos Rosa mantém-se igualmente no cargo de secretário-geral, completando assim a equipa da Comissão Permanente, órgão de direção mais restrito do PSD, e que tem uma nova composição totalmente paritária - quatro homens, incluindo o presidente do partido, e quatro mulheres. Saem da direção nacional do PSD três dos atuais seis vice-presidentes, Pedro Pinto, José Matos Correia e Carlos Carreiras. Os vogais da Comissão Política Nacional são António Topa, José António Jesus, Luís Ramos e Pedro do Ó Ramos - já eleitos há dois anos para esse cargo - e Francisca Almeida, Emília Santos, Joana Barata Lopes, João Moura, Miguel Goulão, Ofélia Ramos. Deixam a Comissão Política Nacional do PSD Aires Pereira, Elsa Cordeiro, Fernando Jorge, Fernando Armindo da Costa, Maria da Conceição Pereira e Paulo Júlio, que em 2014 tinham sido eleitos vogais.

Para a Mesa do Congresso, concorria também uma lista única, que foi eleita com 88% dos votos (655 votos em 744 votantes), um resultado semelhante ao do último Congresso.

Fernando Ruas foi, deste modo, reeleito presidente da Mesa do Congresso e terá como vice-presidentes da Mesa Hermínio Loureiro e Rui Rocha e como secretários Duarte Pacheco, Domingos Dias, Isaura Morais e Bruno Inácio.

Por sua vez, Pedro Pinto foi eleito presidente da Comissão Nacional de Auditoria Financeira - um órgão partidário criado há quatro anos e que já teve como presidentes José Luís Arnaut e Pedro Reis - com 639 votos em 744 votantes (85,8% dos votos).

A lista de Pedro Passos Coelho ao Conselho Nacional do PSD, encabeçada por Marques Guedes, conseguiu eleger 33 dos 70 lugares deste órgão, quase o dobro do alcançado há dois anos. De acordo com o presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, votaram 742 congressistas para este órgão. A lista A conseguiu 323 votos, correspondentes a 33 mandatos. A lista B, liderada por João Moura, conseguiu 92 votos e nove mandatos; a lista C, que tem como primeiro nome Carlos Reis, obteve 73 votos e sete mandatos; a lista D, encabeçada por Luís Rodrigues, teve 57 votos e cinco mandatos; a lista E, com Alexandre Barros da Cunha, como primeiro nome conseguiu 39 votos e quatro mandatos; a lista F, encabeçada por Jorge Nuno Sá, teve 37 votos correspondentes a três mandatos; a G, de Luís Filipe Soromenho Gomes, 45 votos e quatro mandatos, e a lista H, de Cláudia Monteiro Aguiar, obteve 56 votos e cinco mandatos.

Para o Conselho de Jurisdição Nacional, o outro órgão eleito por representação proporcional, votaram 743 congressistas.

Lista dos órgãos nacionais eleitos no 36.º Congresso

MESA DO CONGRESSO

Presidente: Fernando Ruas
Vice-presidentes:
Hermínio Loureiro
Rui Rocha

Secretários:

Duarte Pacheco
Domingos Dias
Isaura Morais
Bruno Inácio

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente: Pedro Passos Coelho
Vice-presidentes:
Jorge Moreira da Silva
Marco António Costa
Maria Luís Albuquerque
Sofia Galvão

Teresa Leal Coelho
Teresa Morais

Secretário-geral: José Matos Rosa

Vogais:

António Topa
Francisca Almeida
Emília Santos
Joana Barata Lopes
João Moura
José António Jesus
Luís Ramos
Miguel Goulão
Ofélia Ramos
Pedro do Ó Ramos

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Presidente: João Calvão da Silva
Vogais:
Jorge Manuel Pracana
Delfim Maia

Francisco José Martins
Bernardo Azevedo
Paulo Colaço
Paulo Rios de Oliveira
José Miguel Bettencourt
Félix Araújo

CONSELHO NACIONAL

Luís Marques Guedes
Ricardo Bruno Rio
Aires Pereira
João Moura
Cancela Moura
Carlos Eduardo Ribeiro Reis
Vitor Manuel Silva Martins
Luís Rodrigues
Cláudia S G Monteiro Aguiar
Rodrigo Gonçalves Silva
Teófilo Araújo dos Santos
Nuno Oliveira Carvalho



Luis Filipe Soromenho Gomes
 Amílcar Castro de Almeida
 Alexandre Barros da Cunha
 Jorge Nuno de Sá
 Sérgio Freire de Azevedo
 João Paulo Meireles
 Paulo Leitão
 Jaime António Bernardino
 Álvaro Amorim Sousa Carneiro
 Paulo César Lima Cavaleiro
 Joaquim Biancard Cruz
 Jaime Filipe Gil Ramos
 José Manuel Cabral Bolieiro
 Clara Marques Mendes
 João Manuel Amaral Esteves
 Rui Manuel Saraiva Ventura
 Ana Rita Pedroso Cavaco
 António Almeida Henriques
 António Manuel de Campos
 Nataniel Mário Alves Araújo
 Paulo Fernando Sousa Ramalho
 José Inácio Cardoso Ribeiro
 Ricardo Araújo
 Paulo Moreira
 Cristina M Cardoso Tenreiro
 Rui dos Santos Cristina
 José Francisco B Oliveira
 Paula Sofia Barreirão Neves
 Hernâni Dinis Venâncio Dias
 José Farinha Nunes
 Hugo Rafael Camões Soares
 Nuno Mota Soares
 Maria Isabel F Silva Soares
 André Claro Ventura
 Paulo Franco Ribeiro
 Carlos M Martins Condesso
 Filipe Carraco dos Reis
 Paulo Jorge Simões Ribeiro
 José Manuel de Sousa
 João Sousa
 José Alexandre Policarpo
 Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar
 Hugo Miguel Araújo Cardoso
 Rui Filipe Vilar Gomes
 Marco Paulo Lemos Pina



Luís Miguel Seabra Freitas
 António Fernando S Rocha
 João Paulo Barbosa de Melo
 Daniel Miguel Rebelo
 Fernando Miguel Silva
 Armando Mendonça Varela
 Renato Marques
 Ana Elisabete L Oliveira
 António Pedro Coelho
 Lina Cristina Gonzalez
 Ângela Manuel Marques Caeiro
 Fernando Eirão Queiroga
 José Alfredo Bastos Oliveira

Europa

Artur Amorim
 António Rocha Capela

Fora da Europa

Carlos Páscoa Gonçalves
 Maria João Ávila

COMISSÃO NACIONAL DE AUDITORIA FINANCEIRA

Presidente: Pedro Pinto
 Membros:
 Miguel Ângelo Salvado
 Amílcar Mourão



Presidente da República recebeu a direção do PSD

O presidente do PSD afirmou ter tido “uma boa conversa” com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, após ter sido recebido durante mais de hora e meia, no Palácio de Belém, segunda-feira, 4 de março. À saída do Palácio de Belém, Pedro Passos Coelho não quis prestar declarações aos jornalistas, limitando-se a dizer que foi “uma boa conversa”.

Pedro Passos Coelho chefiou uma delegação social-democrata que esteve reunida com o chefe de Estado entre as 17h30 e cerca das 19h20, na sequência do 36.º Congresso do PSD, realizado em Espinho entre sexta-feira e domingo, que elegeu os novos órgãos nacionais do partido. A delegação social-democrata incluía os vice-presidentes do PSD Jorge Moreira da Silva e Teresa Leal Coelho e o secretário-geral José Matos Rosa. Por sua vez, o Presidente da República esteve acompanhado pelo chefe da Casa Civil, Frutuoso de Freitas. Este encontro em Belém coincidiu com a data em que o Presidente da República passou a dispor do poder constitucional de dissolver a Assembleia da República, por ter terminado o prazo de seis meses após as últimas legislativas, durante o qual não podem ser convocadas novas eleições.



Quatro mil militantes aderiram ao PSD desde as legislativas



O PSD atraiu quatro mil novos militantes desde as eleições legislativas de 4 outubro de 2015. Estas novas inscrições provêm, sobretudo, da faixa etária mais jovem, o que reforça a natureza interclassista e o carácter dinâmico do PSD. “Um partido amplo e abrangente, que se renova a partir das bases e tem nos militantes a sua principal força”, refere a nota enviada à Imprensa. Nos últimos três meses, 1689 militantes assinaram a ficha de inscrição tendo a maioria (57,31%) uma idade inferior a 30 anos. Por atividade profissional/ocupacional, os estudantes lideram a lista de adesões, representando mais de 30%.

NOVOS MILITANTES

outubro 2015 – dezembro 2015: 1689 novos militantes

Sexo	Total		Profissão	Total	
Feminino	778	46,06%	Estudante Universitário	279	16,52%
Masculino	911	53,94%	Estudante	246	14,56%
			Desempregado	87	5,15%
			Operário	26	1,54%
			Administrativo	25	1,48%
			Gerente	20	1,18%
			Aposentado	19	1,12%
			Professor	17	1,01%
			Gestor	12	0,71%
			Empresário	12	0,71%
			Advogado	11	0,65%
			Empregado Comercial	10	0,59%
Idade	Total				
Mais de 69	53	3,14%			
Mais de 59 menos de 70	75	4,44%			
Mais de 49 e menos de 60	156	9,24%			
Mais de 39 e menos de 50	230	13,62%			
Mais de 29 e menos de 40	207	12,26%			
Menos de 30	968	57,31%			

DIRIGENTES

5176 membros eleitos para as Comissões Políticas Distritais, Comissões Políticas de Secção e Comissões Políticas de Núcleo

Sexo	Total		Profissão	Total	
Feminino	1119	21,62%	Estudante Universitário	516	9,97%
Masculino	4057	78,38%	Estudante	254	4,91%
			Advogado	221	4,27%
			Professor(a)	216	4,17%
			Gerente	165	3,19%
			Administrativo	119	2,30%
			Bancário	109	2,11%
			Comerciante	101	1,95%
			Professor(a) 2º e 3º Ciclo	100	1,93%
			Gestor	96	1,85%
			Empresário	91	1,76%
			Aposentado/a	77	1,49%
			Contabilista	67	1,29%
			Desempregado	61	1,18%
Idade	Total				
Mais de 69	317	6,12%			
Mais de 59 menos de 70	668	12,91%			
Mais de 49 e menos de 60	1101	21,27%			
Mais de 39 e menos de 50	1575	30,43%			
Mais de 29 e menos de 40	1269	24,52%			
Menos de 30	246	4,75%			

Esquerda quer nova lei da PMA a “mata-cavalos”



O deputado do PSD Miguel Santos acusa a esquerda parlamentar de querer legislar sobre a procriação medicamente assistida (PMA) “a mata-cavalos”, após reunião do grupo de trabalho específico criado para o tema, na Comissão Parlamentar de Saúde. “O PS quer concluir o processo legislativo, que é complexo e sobre o qual temos muitas dúvidas por se tratar de matérias bastante delicadas, a mata-cavalos, sempre com obstáculos consecutivos a várias iniciativas. É um disparate não ouvir os especialistas perante uma alteração destas ao regime jurídico da PMA”, lamentou o social-democrata, no parlamento, dia 29.

Segundo o deputado do PSD, os socialistas já tinham proposto, num primeiro momento, abdicar dos pareceres sobre o assunto pedidos ao Conselho Nacional da Ética e das Ciências da Vida (CNECV) e ao Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida, organismos criados no âmbito da Assembleia da República, em virtude da demora na conclusão dos documentos.

O deputado social-democrata adiantou que os quatro tribunos do PSD e um do CDS-PP presentes na reunião votaram a favor da audição de CNECV e CNPMA e que os dois deputados do PS e um do BE se opuseram àquelas convocatórias. “Agora, vieram os pareceres e não querem ouvir as pessoas. Nós sentimos que é importante, até para haver contraditório, ouvir estes organismos de viva voz. Por acaso, como os elementos do PCP e do PEV não se apresentaram, o requerimento para as audições passou”, congratulou-se Miguel Santos.

Os projetos de lei de PS, BE, PEV e PAN, que alargam o acesso àquelas técnicas de gestação a todas as mulheres, independentemente do estado civil ou orientação sexual - sendo que o bloquista prevê mesmo as denominadas “barrigas de aluguer” em casos específicos -, foram enviados à Comissão de Saúde sem votação em 27 de novembro. Uma vez concluídos os trabalhos, há lugar a uma votação indiciária por parte do grupo de deputados destacados, posteriormente ratificada em sede da respetiva comissão parlamentar até ao agendamento da legislação para votação final global em sessão plenária da Assembleia da República.

Gaspar Gonçalves vence eleições intercalares em Penude, concelho de Lamego

O cabeça de lista da coligação PSD-CDS/PP, Gaspar Gonçalves, venceu, dia 3, as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Penude, no concelho de Lamego, à qual concorreram quatro listas, revelou fonte da autarquia. Numa freguesia com 1.551 eleitores, a coligação do PSD-CDS/PP arrecadou 404 votos (quatro mandados), seguindo-se o PS com 293 (dois mandados), uma lista independente encabeçada pelo último presidente de junta com 197 (dois mandados) e a CDU com seis votos.

As eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Penude, que decorreram entre as 08h00 e as 19h00 de domingo, tiveram lugar depois de se terem registado, em dezembro do ano passado, renúncias aos respetivos mandatos dos vários membros efetivos e suplentes dos órgãos de freguesia, designadamente da assembleia, ficando esgotada a possibilidade de substituições.

O ato eleitoral chegou a estar marcado por duas outras ocasiões, 28 de fevereiro e 27 de março, no entanto, foi sucessivamente adiado. De acordo com fonte da autarquia de Lamego, “da primeira vez teve de ser adiado devido a um erro da Secretaria de Estado, que não cumpria o período regulamentar previsto na lei para a formação de coligações”. O segundo adiamento “teve lugar porque na data escolhida se assinalava o dia de Páscoa”, esclareceu ainda.

Agricultores da Ilha Terceira vivem situação de desespero



O PSD/Açores alertou para o facto de a agricultura terceirense estar a viver “um dos períodos mais difíceis dos últimos 20 anos”, sendo que há mesmo agricultores terceirenses “que vivem uma situação de desespero, face à enorme crise instalada no setor”, declarou o deputado Luís Rendeiro. O social-democrata falava após uma reunião com a Associação de Jovens Agricultores Terceirenses (AJAT), aproveitando para salientar que a situação “é ainda mais grave para os jovens agricultores, que podem ver hipotecado o seu futuro no sector leiteiro, pois estão sem condições para recuperar investimentos que foram incentivados a fazer”.

Luís Rendeiro acusa o Governo regional, “que teve dez anos para se preparar para o fim das quotas leiteiras” de não ter feito “essa preparação. Não o fez, e agora é preciso agir em situação de emergência”, sublinha. “A verdade é que o recente abaixamento do preço pago por litro de leite, e as anunciadas restrições à produção, deixaram a lavoura terceirense de mãos completamente atadas perante a crise resultante do fim das quotas leiteiras”, acrescentou.

Segundo o deputado, os agricultores terceirenses “sofrem uma penalização agravada pelo facto de a indústria estar em situação de monopólio, pagando à produção um preço substancialmente inferior ao valor médio pago na Região”.

“Além disso, não há, por parte da mesma indústria,

capacidade ou vontade de valorizar ou diversificar os seus produtos, de modo compensar os agricultores pela qualidade do leite que entregam para a transformação”, referiu Luís Rendeiro.

O deputado do PSD/Açores defende que “o Governo regional e a Pronicol/Lactogal têm de sentar-se à mesa para encontrar respostas face a esta situação. Estamos a falar de cerca de 700 explorações agrícolas e, mais do que um problema económico, existe já o risco de uma catástrofe social”, disse.

O social-democrata criticou ainda a tutela por “sacudir as suas responsabilidades na crise atual. E de nada serve culpar Bruxelas, quando não se organizou a produção na região, e se governa às cegas, apenas distribuindo subsídios e fundos comunitários”.

Luís Rendeiro lamenta “esta inação do Governo Regional, que se demitiu de procurar soluções locais, e apenas espera que Bruxelas faça milagres, abandonando os nossos agricultores. E esses, que têm feito sempre a sua parte, não precisam de um governo que não atua perante os problemas e que, como tal, se torna mais um problema”.

Governo regional deve assumir erros na gestão das Termas do Carapacho

O PSD/Açores questionou o Governo regional sobre a reabertura plena das Termas do Carapacho, considerando que o executivo “tem de assumir, de uma vez por todas, os erros que resultaram na atual situação das termas, lesando a Região e a Ilha Graciosa”, afirmou o deputado João Bruto da Costa.

“Apesar das garantias dadas sobre uma solução definitiva para as obras realizadas nas termas, e que levaram sempre ao encerramento posterior do empreendimento, e apesar do PS e do Governo não quererem que o PSD levante estas questões, que os envergonham, os deputados eleitos pela Graciosa voltam a questionar a tutela sobre uma situação que é recorrente”, refere o social-democrata, num requerimento entregue na Assembleia Legislativa.

Assim, o PSD/Açores quer saber “a data de reabertura das Termas do Carapacho com todas as suas valências. E para quando se prevê a abertura do concurso para a exploração do empreendimento. O Governo regional tem de explicar isso aos açorianos e graciosenses, assim como deve divulgar os custos totais das obras agora projetadas e das obras realizadas após a inauguração da requalificação em 2010”, expressou João Bruto da Costa.

O deputado lembra que, nos últimos anos o PSD/Açores tem questionado o governo “através de vários requerimentos, tendo mesmo apresentado, em 2015, um voto de protesto na Assembleia Legislativa, que o PS reprovou. Estamos ainda à espera de respostas a dois requerimentos, sobre este assunto, um de 2013 e outro de 2015”, adianta.

“Depois do anúncio de mais obras e de nova reabertura com novo concessionário, nada se sabe sobre a exploração das termas, ou sequer sobre a oferta que será disponibilizada”, critica João Bruto da Costa, sublinhando que “tudo surge sem se responsabilizar ninguém, o que é recorrente na política do governo, perante o habitual silêncio da maioria que o suporta”.

“Com a proximidade dos meses de maior afluxo turístico à Graciosa era aconselhável que a promoção das Termas do Carapacho já fosse uma realidade. E que se soubesse a data prevista da reabertura das diferentes valências termais, que não se resumem a uma piscina de água quente”, acrescenta o social-democrata.

“As Termas do Carapacho não podem continuar a significar apenas uma oferta virtual que ilude e desgosta a população da ilha”, afirmou o deputado do PSD/Açores.

João Bruto da Costa considera que “este comportamento do Governo regional é sintomático de quem, depois de vinte anos de poder, continua a deixar a Graciosa em processo de desertificação sem apresentar soluções”, concluiu.





Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Vamos dar a maioria a Cavaco Silva e ao PSD



Edição n.º 667 do "Povo Livre", de 15 de julho de 1987. Manchete: "Vamos dar a maioria a Cavaco Silva e ao PSD". Vítor Crespo era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas / Pedrouços, para reunir, no próximo dia 07 de Maio de 2016, (sábado), pelas 14h00, na Quinta da Caverna, sita na A. Pastor Joaquim Eduardo Machado, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição dos órgãos do Núcleo de Águas Santas / Pedrouços

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede do PSD sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, nº 987 - Maia estará aberta para o efeito das 22h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Estarreja, para reunir, no próximo dia 07 de Maio de 2016, (sábado) pelas 16h00 na sede, sita na Rua do Jornal de Estarreja, 109, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção - Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lamego, para reunir, no próximo dia 06 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 18h30 no Auditório do Centro Escolar de Lamego, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política
2 - Apreciação e votação das contas
3 - Marcação das eleições para a Comissão Política da Secção de Lamego
4 - Outros assuntos

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Marvão, para reunir, no próximo dia 08 de Maio de 2016, (domingo) pelas 17h00 na Junta de Freguesia de S. Salvador de Aramenha, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política de Secção
2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
Notas:
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00

do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

MOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moura, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 07 de Maio de 2016, (sábado) pelas 16h00 na sala 01 do Hotel de Moura, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 18h00

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política nacional e local, bem assim como o 36º Congresso

2 - Análise dos últimos resultados eleitorais nacionais e distritais

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 14 de Abril de 2016 (quinta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Relatório e contas de 2015

2 - Orçamento 2016

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 14 de Abril de 2016 (quinta-feira), pelas 22h00 na sede, sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir, em secção extraordinária, no próximo dia 15 Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório do Hotel Miracorgo, sito na Av. 1º de Maio, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação discussão e votação do relatório de contas de 2015

2 - Análise e discussão da situação política - com a presença do líder parlamentar da AR - Luís Montenegro



CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga da JSD, para reunir no próximo dia 15 de Abril de 2016, pelas 21h00m, em Vila Nova de Famalicão, no Café Concerto na Casa das Artes, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política;

3 - Outros assuntos.

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 15 de Abril, sexta-feira, pelas 21 horas, na Sede da JSD de Arruda dos Vinhos, sita na Avenida Timor Lorosae, número 17, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Apresentação, discussão e votação do pedido do militante Carlos Miguel Boieiro Cunha, número 213811, de acumulação dos cargos de Secretário-geral da CPC da JSD de Arruda dos Vinhos e de Tesoureiro da CPC do PSD de Arruda dos Vinhos ao abrigo dos números 8 e 9 do artigo 97º dos Estatutos da JSD;

Ponto 2 - Apresentação, discussão e votação do pedido da militante Carlota de Oliveira Trovão Sales, número 214544, de acumulação dos cargos de Vogal da CPC da JSD de Arruda dos Vinhos e de Vogal da CPC do PSD de Arruda dos Vinhos ao abrigo dos números 8 e 9 do artigo 97º dos Estatutos da JSD;

Ponto 3 - Outros assuntos de interesse.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Estarreja, para uma reunião a realizar no próximo dia 7 de Maio de 2016, pelas 16 horas, na Sede do PSD / Estarreja, n.º 109, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Estarreja.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente de Mesa da Assembleia Eleitoral ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Estarreja, sita na morada supra citada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas das 16h00m às 18 horas.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 21 de Abril de 2016, às 21h30m, na Sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Plano de Actividades da Concelhia da JSD/Maia para 2016;

2 - XXIV Congresso Nacional da JSD;

3 - Análise da situação política;

4 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém, para o dia 7 de maio de 2016, pelas 14h30m, no Auditório do Centro Cultural de Ferreira do Zêzere, sito na Rua de Ferreira do Alentejo, 2240-388 Ferreira do Zêzere, com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD Santarém;

2) Informações;

3) Análise da situação política.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, até ao terceiro dia anterior aos trabalhos, conforme Estatutos da JSD e Regulamento eleitoral.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 14h30m e as 16h30m.